

História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais

Mauricio da Silva Selau*

Resumo

O presente artigo se propõe uma breve reflexão sobre a conveniência do uso do termo História Oral; as principais críticas e os respectivos argumentos a favor da mesma; e a divisão em três vertentes dos praticantes desta metodologia: os que a entendem apenas como uma técnica, os que a entendem como uma disciplina e os que a entendem como uma metodologia.

Palavras Chave: História Oral, Memória, Metodologia, Fontes Orais

Abstract

The present article has the purpose of promote a brief reflection about the convenience of the use of the Verbal History term; main critical and the respective arguments in favor of the same one; and the division in three sources of the practitioners of this methodology: the ones that understand it as one technique, the ones that understands it as one discipline and the ones that understand it as a methodology.

Key Words: Verbal History, Memory, Methodology, Verbal Font.

A História Oral conquistou, no Brasil, muitos adeptos nos últimos 20 anos. Entretanto, ela não significa uma uniformidade de sentido, coexistindo uma série de interpretações diferenciadas sobre a mesma, a começar pelo próprio termo história oral. Garrido considera que o termo *história oral* não é procedente, uma vez que não se configura como um produto historiográfico diferenciado e alternativo à história realizada exclusivamente com fontes escritas. Entretanto, chama a atenção para o fato de que a utilização de fontes orais permite construir um discurso de interpretação histórica mais completo, mais rico e mais complexo¹. Para o autor, utilizar fontes orais possibilita desenvolver abordagens diferentes em história, incorporando novos sujeitos e ampliando as possibilidades de pesquisa, mas isto não significa que uma pesquisa realizada nestes moldes resulte em um trabalho diferenciado do que vem sendo comumente apresentado pelos historiadores nos últimos anos, ou seja, apesar de utilizar fontes diferentes, continua a ser um trabalho de história.

Philippe Joutard² argumenta que esta expressão não é mais pertinente como fora há alguns anos atrás. Baseando-se em relatórios de sete pesquisadores, de diferentes países, expõe que a maioria deles posiciona-se contra o uso do termo história oral para os trabalhos que utilizam fontes orais. Entre os argumentos está o de que é raro encontrar uma pesquisa em história que se baseie em um único tipo de fonte. Cita como exemplo o fato de muitos historiadores utilizarem as fontes orais de modo predominante mas não exclusivo, o que os faz reivindicar o uso de fontes orais na pesquisa histórica e não o termo história oral, como se fosse uma disciplina diferente da ciência histórica. Nessa mesma perspectiva Garrido defende a idéia de incorporar as fontes orais como uma fonte documental a mais³. Joutard considera que “a expressão “fontes orais” é metodologicamente preferível e que a expressão “história oral” é terrivelmente ambígua, para não dizer inexata”⁴.

* Bolsista CNPq. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Funcionário do Depto. de História da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

Prefiro o uso do termo fontes orais, pois não acredito na existência de uma história oral por excelência, já que a entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a conseqüente crítica interna e externa a essas fontes é que possibilita ao historiador construir seu trabalho historiográfico, ou seja é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais e não a fonte por si só como sugere o termo história oral.

Jean-Pierre Wallot propõe o uso da expressão história oral para designar “método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas”⁵. Curiosamente, Joutard, que se coloca a favor da expressão fontes orais, propõe que se mantenha a expressão história oral, de acordo com a definição de Wallot, porque “ela é simples e tem a antigüidade a seu favor”⁶. Danièle Voldman tem um posicionamento mais contundente e argumenta que a expressão história oral “se tornou inadequada e só deveria ser empregada a título histórico, para qualificar o período historiográfico dos anos 50 a 80”⁷. O argumento de Voldman é procedente quando nos deparamos com o desenvolvimento do uso de fontes orais após sua reintrodução no âmbito da história na década de 1950. Com o advento da história acadêmica no século XIX e sua obsessão por documentos escritos, sem os quais, seria impossível fazer história, os depoimentos orais, que até então eram aceitos, desde que as testemunhas fossem dignas de fé, foram colocados de lado. De acordo com Garrido, após o final da II Guerra Mundial e a descolonização da África, combinados com a ascensão ao poder de grupos que até então possuíam escassa ou nenhuma documentação escrita, é que as fontes orais voltaram a ser utilizadas e de modo massivo, ainda que não reconhecidas pela história acadêmica, o que provocou o início do debate contemporâneo sobre a validade do uso dos testemunhos orais para a pesquisa histórica⁸.

Joutard⁹ identifica quatro gerações de historiadores trabalhando com história oral, apesar de frisar o cuidado com a expressão. O autor aponta dentro destas gerações, a presença de duas correntes, uma ligada a ciência política e outra mais próxima da antropologia. A primeira se preocupa em gravar entrevistas com grandes personalidades para que as mesmas sirvam de complemento a outros documentos escritos, enquanto a segunda trata a entrevista como um documento em si e aborda temas que vão desde as minorias até a construção das identidades. A primeira geração, surgiu nos Estados Unidos por volta dos anos 50 do século passado e estava ligada as ciências políticas. Ocupava-se dos notáveis, das grandes personalidades políticas da época. O objetivo desta geração era conseguir materiais para os historiadores futuros e para aqueles que se ocupariam de organizar biografias.

A segunda geração aparece na Itália no final da década de 1960. Ligada à Antropologia e a Sociologia, ocupa-se da cultura popular. Para esta geração a história oral não era considerada uma simples fonte complementar, mas sim uma “outra história”, capaz de dar voz aos “povos sem história”, os iletrados, vencidos, marginais e minorias. Caracterizou-se por uma história militante, praticada também por não profissionais, persistente até os dias atuais, a margem do mundo universitário, que a olha com reserva, mesmo no presente, quando a discussão em torno do uso das fontes orais está bem mais avançada. A contribuição que estas fontes representam para o estudo de grupos até então negligenciados nos documentos oficiais e por uma lógica de pesquisa que não os levava em consideração levou os historiadores que se interessavam pela história das chamadas

minorias (imigrantes, trabalhadores, mulheres, crianças, idosos) a utilizar as fontes orais como uma possibilidade de reconstituição da trajetória destes grupos. De um modo geral, a história destes grupos humanos, principalmente quando abordava os trabalhadores ou populações marginalizadas, ficou conhecida como a história dos vencidos. Este adjetivo levou muitos praticantes da história oral a uma visão ingênua da construção do discurso histórico. Acreditava-se que por intermédio da história oral, os pesquisadores abririam mão do espaço do cientista para que o outro falasse, redimindo assim os grupos até então excluídos. Janotti e Rosa lembram que apesar de alguns pesquisadores pensarem deste modo, “o historiador continua a comandar o processo do conhecimento ao selecionar depoentes, recortar temas, reescrever falas e construir a explicação histórica a partir do que generosamente lhe foi oferecido”¹⁰.

A terceira geração se constitui a partir de 1975 quando iniciam os primeiros encontros sobre o tema. Esta geração caracteriza-se pelos projetos coletivos com o uso de fontes orais tanto na corrente política quanto na antropológica, na América Latina, Europa e Estados Unidos. Há uma dinamização das discussões sobre história oral neste período, sobretudo na década de 1980 quando começam a ser realizados grandes encontros sobre o tema, propiciando uma reflexão mais ampla sobre os problemas epistemológicos e metodológicos do trabalho com fontes orais. Foram fundadas revistas temáticas sobre o uso das fontes orais, o que associado aos encontros científicos, oportunizou a constituição de uma comunidade de historiadores que trabalham com fontes orais, em nível mundial.

A quarta geração surge de 1990 em diante, caracterizada pela presença, entre os profissionais que trabalham com fontes orais, das pessoas nascidas na década de 1960. Segundo Joutard estas pessoas seriam influenciadas pela oralidade, provocando maior aceitação das fontes orais associado ao dinamismo e modernização das técnicas de trabalho, como a fita de vídeo, entre outros. Esta geração está em plena atividade e passa a exercer influência no debate metodológico em prol da aceitação das fontes orais, que apesar de ter avanços reconhecidos ainda enfrenta resistências por parte de um bom número de profissionais.

As críticas ao uso das fontes orais são feitas principalmente pelos adeptos da idéia de que a história só se faz com documentos escritos e seus principais argumentos baseiam-se na fragilidade da memória humana, na dúvida sobre o sujeito que testemunha colocando em cheque a credibilidade e a definição de uma fonte provocada por seu usuário imediato, no caso o pesquisador, e os efeitos de sua constituição para o objeto de pesquisa, uma vez que este tipo de fonte é inventada para atender a necessidades preestabelecidas do pesquisador¹¹. Para os críticos do uso das fontes orais, os documentos escritos possuem um caráter de exterioridade, marcado pelo distanciamento e sua conseqüente objetivação. O documento escrito tem ainda, na visão destes críticos, o mérito de estar disponível para referência, verificação e retorno, ou ainda para contradição, ao contrário das fontes orais que raramente estão em um local público, permitindo o acesso a todos os usuários. Os críticos das fontes orais colocavam como exigências para aceitá-las a acessibilidade e a possibilidade de uso como prova pela comunidade científica. Segundo Voldman, a invenção do gravador permitiu atender estas exigências na medida em que os depoimentos passaram a ficar registrados em fitas, garantindo a oportunidade de ser utilizada como prova. O problema continua, em grande medida, relacionado com o acesso às fontes orais, pois muitas pesquisas não disponibilizam suas entrevistas, ou seja, não as confiam a uma instituição pública que se ocupe de sua conservação e posterior disponibilização ao público interessado.

O conjunto de críticas que se faz ao uso de fontes orais na pesquisa em história contribuiu para que os profissionais que trabalham com estas fontes ampliassem o debate sobre o desenvolvimento de um método que garantisse um caráter de confiabilidade aos depoimentos, envolvendo as discussões sobre a questão da memória e a importância da constituição de arquivos que garantam a guarda, conservação e disponibilização destas fontes para o público interessado, tanto especialistas como usuários em geral.

Com relação a problemática da memória, Michael Pollak argumenta que a memória é formada por três elementos constitutivos: *acontecimentos, personagens e lugares*. O autor trabalha com estes elementos de forma individual e coletiva pois seu esquema de explicação organiza-se em experiências vividas pela própria pessoa ou pelo grupo ao qual esta pessoa pertence, ainda que não tenha envolvimento direto com determinada experiência. Assim, os acontecimentos vividos pela pessoa entrevistada estão em primeiro lugar. Em segundo estão os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, dos quais ela nem sempre participou, mas que no imaginário tomaram tamanho relevo que é quase impossível ela distinguir se participou ou não. Em terceiro lugar, os acontecimentos fora do espaço-tempo de um grupo, e que por meio da socialização política e histórica, um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, o faça ser incorporado por este grupo, podendo-se falar em uma memória herdada. As personagens também são entendidas desta forma, existindo as que foram encontradas pessoalmente, as que foram conhecidas indiretamente, mas que tornaram-se quase que conhecidas e ainda as que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa. Por último os lugares. Existem lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal ou não ter apoio no tempo cronológico. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são lugares de comemoração. Locais muito longínquos fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a este grupo¹².

Associado a esses elementos constitutivos, a memória também é inter cruzada pelos fenômenos da transferência e da projeção, onde a memória de um determinado grupo entra em conflito com a memória oficial de seu país, escolhendo acontecimentos e datas diferentes para as suas comemorações. Outras vezes pode-se comemorar os mesmos acontecimentos, mas de modos diferenciados ou até em datas diferentes. O que define estas comemorações, ou melhor a importância concedida às mesmas pelos grupos humanos é a experiência vivida pelos respectivos grupos em relação ao objeto de comemoração. Portanto, a memória que um grupo constrói está intimamente ligada com as suas vivências e o próprio grupo seleciona o que julga digno de comemoração ou não.

Neste ponto chegamos ao que Pollak destaca como uma das características da memória, ou seja que ela é *seletiva*. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. O caráter seletivo da memória é reforçado pela noção de pertencimento afetivo¹³ ao grupo ao qual um determinado indivíduo pertence, pois o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra é o que faz com que uma dada memória permaneça.

Assim, situações vividas só se transformam em memória se aquele que se lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu. Aliás, ao qual pertence, pois só se faz parte de um grupo no passado se se continua afetivamente a fazer parte dele no presente¹⁴.

A memória, apesar de parecer algo estritamente individual, tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retém do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Mas ao mesmo tempo em que essa memória é seletiva e mantida por um determinado grupo, ela também é uma construção, na medida em que está sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes, mediadas pelo presente em que o grupo vive, de modo que a memória é também uma construção do passado e está aberta e em constante evolução¹⁵.

Assim, as pessoas que fazem parte de um determinado grupo mantêm suas lembranças, que são pessoais e ao mesmo tempo coletivas, pois como explicou Pollak com base nos elementos constitutivos da memória, esta seria composta por acontecimentos, personagens e lugares, e que os indivíduos tem experiências pessoais, das quais participam diretamente e experiências do grupo, com as quais tem contato e que nem sempre participa, mas que marcam de tal forma uma coletividade que ganham destaque e passam a ser incorporados nas narrativas dos que compõem o grupo.

De acordo com Pierre Nora há uma distinção entre a história-objeto, que seria a história vivida e a história-conhecimento, operação intelectual que a torna inteligível. Esta história-conhecimento é o contraponto à memória que por ser vivida é um fenômeno sempre atual. A história reconhece a existência do passado, mas ela não é uma vivência e sim uma representação deste passado, razão pela qual utiliza a memória para construir esta representação. “A memória, por seus laços afetivos e de pertencimento, é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social”¹⁶. Por tratar-se de uma operação intelectual, a história permite o distanciamento, a crítica e a reflexão sobre as memórias. Para tanto, dispõe de determinado conjunto de procedimentos metodológicos.

A história oral pode ser entendida como uma metodologia capaz de contribuir para esta atividade de análise das memórias por intermédio das entrevistas realizadas com pessoas de um determinado grupo, envolvido com temas de interesse para a pesquisa em desenvolvimento pelo profissional em história. Garrido destaca que

Um dos aspectos mais interessantes do uso de fontes orais é que não apenas se chega a um conhecimento dos fatos mas também à forma como o grupo os vivenciou e percebeu. É de importância capital resgatar a subjetividade, mas é um grave erro passar a confundi-la com fatos objetivos. Esta aproximação crítica ao testemunho oral consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro, com o resto do corpus de documentos orais. Daí a importância de se estabelecer uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes¹⁷.

A utilização de fontes orais requer o respeito a regras metodológicas que garantam o rigor científico e metodológico da pesquisa. A crítica às fontes é algo que deve ser rotineiro ao trabalho do historiador, portanto, para qualquer tipo de fonte, deve se estabelecer a conseqüente crítica das informações encontradas, seja no documento escrito, seja em uma fonte oral. No caso específico das fontes orais, Garrido aponta a conveniência de se proceder a uma análise tendo por base o corpus de depoimentos que compõem a amostra da pesquisa e também com a documentação escrita, de modo a atingir um conhecimento dos acontecimentos vividos por um determinado grupo. Esta atividade consistiria em contrapor as informações obtidas no conjunto de entrevistas procurando evidenciar estes acontecimentos encontrados nas mesmas e também perceber as representações que os depoentes construíram sobre os mesmos e o modo como os vivenciou.

A subjetividade presente nos depoimentos orais também é outro ponto questionado por seus críticos. A esse respeito Pollak entende que a questão da subjetividade não deve ser encarada apenas como contraposição a objetividade, tão propalada pelos defensores do uso das fontes escritas. Para este autor o interessante na subjetividade dos depoentes está na condição de perceber as pluralidades que determinados contextos históricos apresentam. Assim,

se nos proporcionarmos os meios e as condições para construir cientificamente, com todas as técnicas das quais dispomos hoje em dia, temos condições de produzir um discurso realmente sensível à pluralidade das realidades. Temos uma possibilidade, não de objetividade, mas de objetivação, que leva em conta a pluralidade das realidades e dos atos¹⁸.

Esta pluralidade estaria expressada nos depoimentos com base nas representações que os depoentes construíram sobre determinados acontecimentos, o que leva Garrido a defender a proposta de que se estabeleça uma relação com os documentos escritos, provocando uma interação no sentido de ampliar o conjunto de informações sobre um contexto histórico, possibilitando uma análise mais rica e consistente do mesmo. O autor sustenta que

O registro oral, de uma forma mais direta do que o escrito – por aquilo que tem de involuntário no sentido de não selecionado para a posteridade –, pode oferecer, eventualmente, estruturas de compreensão alternativas às elaboradas a partir do trabalho exclusivo com fontes escritas. O que parece evidente é que, pelo menos, podemos aceitar que pode e deve haver um diálogo, uma relação/interação dialética entre os dois¹⁹.

A idéia de interação/relação dialética está baseada na constatação de que as fontes para a pesquisa histórica não devem ser entendidas como superiores ou inferiores umas as outras em função da sua tipologia, pois assim como a memória é seletiva e socialmente construída, e por conseguinte a fonte oral é marcada por este aspecto, em contraposição ela também reserva elementos de espontaneísmo na medida em que as falas dos depoentes nem sempre estão carregadas de aspectos selecionados para a posteridade. Assim os documentos escritos podem ser concebidos como seletivos uma vez que são marcados pelo modo de proceder de uma determinada época e eventualmente ter a sua constituição definida em função da escolha do que ficaria registrado daquele dado momento para a posteridade. Portanto, o exercício de crítica as fontes é essencial para a realização de uma boa pesquisa em história. Pollak chama a atenção para este fato ao dizer que

Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta²⁰.

Outro aspecto a ser considerado nessa problemática da credibilidade das fontes orais é o fato das limitações que tanto a fonte oral como a escrita apresentam. É neste contexto que Garrido insiste na necessidade de se trabalhar com os dois registros, pois há coisas que nunca poderemos saber a partir dos documentos escritos, como também há outras tantas que a pesquisa com fontes orais não permite ser colocada²¹. O mais importante para o historiador que pretende trabalhar com fontes orais é ter claro que qualquer tipo de fonte pode suscitar dúvidas e que é justamente o seu trabalho de reflexão

e crítica sobre as fontes de que dispõe é que possibilitarão o encontro de evidências com as quais poderá produzir o seu trabalho historiográfico.

No sentido de operacionalizar metodologicamente o trabalho com a produção das fontes orais, uma vez que o pesquisador a partir do momento em que grava a entrevista com seu depoente está produzindo uma fonte, é importante que o pesquisador tenha claro o grupo de pessoas que irá entrevistar, ou seja, o grupo que compõe a amostra de sua pesquisa. Depois de selecionado os entrevistados é o momento de proceder a escolha do tipo de entrevista a ser aplicada. É comum encontrarmos três tipos mais utilizados: o questionário dirigido e fechado, o semi-dirigido e o aberto. Particularmente, entendo que o questionário semi-dirigido, aplicado com flexibilidade permite uma maior interação com o entrevistado e explorar melhor as informações que estão sendo transmitidas pelo mesmo, pois a partir das respostas de uma base de questões comuns ao todo que integra a amostra, se pode aplicar outras, ampliando as possibilidades de conhecimentos da problemática estudada. O pesquisador deve pensar também no local onde a entrevista pode ser realizada, sendo importante escolher um local em comum acordo com o entrevistado e de preferência que este local seja onde o entrevistado sinta-se mais a vontade, podendo a princípio, contribuir de forma mais produtiva para a pesquisa. A atitude do pesquisador frente ao entrevistado também é importante para o bom andamento da entrevista. A entrevista é um momento em que se abre a oportunidade para que uma determinada pessoa possa contar a sua experiência de vida e sua participação em determinados acontecimentos públicos ou mesmo privados, e é com base neste relato, onde estão contidas as representações que este informante fez sobre seu próprio passado que o historiador vai realizar sua análise, ou seja, o trabalho histórico por excelência. Portanto, a postura do pesquisador no momento da entrevista não deve ser o de quem está realizando um interrogatório sobre o que foi certo ou errado, mas ouvir atentamente o relato do entrevistado, elaborando perguntas que possibilitem alcançar o maior volume de informações possíveis. É oportuno que antes de realizar a entrevista o pesquisador procure se instrumentalizar com o máximo de informações possíveis sobre o tema da entrevista para poder aproveitar a oportunidade e questionar aspectos ainda pouco explorados.

Após concluída a etapa da realização das entrevistas, faz-se necessário o processo de transcrição das mesmas. É uma atividade demorada e as vezes desgastante, mas fundamental para o exercício de análise das informações. A transcrição deve comportar a versão integral da entrevista, com escrita inteligível, de modo que preserve o tipo de linguagem, particularidades de dialeto ou mesmo a terminologia utilizada pelo informante. É aconselhável (e desejável) que se informatize em seguida estas informações, facilitando o acesso. O mais importante a ser frisado é que o texto da transcrição é matéria-prima e não informação elaborada. Por ter este *status* seria conveniente que estas fontes ficassem disponíveis para ser utilizadas por mais de um pesquisador.

O depósito das fitas com entrevistas e suas respectivas transcrições em arquivos públicos atenderia esta demanda e também a dos críticos do uso das fontes orais que apontam que as mesmas não estão a disposição para possível retorno e para ser utilizada como prova. Outro benefício da manutenção das fitas em arquivos é que as mesmas ficariam sujeitas a ações de conservação o que na maioria dos casos não é feita em acervos particulares. Assim, poderiam ser socializadas as trajetórias e os resultados das pesquisas que utilizam as fontes orais. Esta é uma preocupação que suscita muitas discussões entre os pesquisadores, haja vista o acúmulo de fontes orais que estão dispersas entre instituições e pesquisadores, que tão logo cumpram seus propósitos imediatos perdem seu valor de uso. Janotti e Rosa argumentam que “seria desejável que o

arquivamento das fontes incluisse: projeto circunstanciado da coleta, fitas cassete ou vídeos, acompanhados das respectivas transcrições, cadernos de campo, autorização e identificação dos depoentes e trabalhos produzidos”²². Desse modo, além das entrevistas poderem ser utilizadas para outras pesquisas, seria possível conhecer o modo como elas foram constituídas, qual a preocupação do pesquisador que colheu este ou aquele depoimento e os resultados obtidos com os mesmos, já que muitos dos resultados das pesquisas com fontes orais têm circulação restrita. Estes depoimentos orais seriam conservados em um suporte de áudio e também em um suporte de papel ficaria a transcrição, o que facilitaria a pesquisa, sendo os mesmos organizados conforme os critérios arquivísticos. Assim, além de preservar uma importante fonte, contribui-se para sua socialização, pois a mesma ficará a disposição para consulta, além de garantir a preservação da memória de determinados grupos sociais.

Além das discussões envolvendo os críticos da utilização das fontes orais e os que sustentam a sua pertinência para a pesquisa em história, um outro debate se coloca entre os que são adeptos do uso destas fontes. Há diferentes entendimentos sobre o *status* que a chamada *história oral* possui, destacando-se três vertentes principais: os que a entendem como uma *técnica*; os que a entendem como uma nova *disciplina*; e os que a entendem como uma *metodologia*.

Os que entendem a história oral como uma *técnica* preocupam-se com experiências de gravações, transcrições e conservação de entrevistas e o aparato que os cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo. Entre os defensores desta posição encontram-se pessoas envolvidas na constituição e conservação de acervos orais; alguns pesquisadores que utilizam as fontes orais (entrevistas) de forma eventual, com caráter complementar; e profissionais que efetivamente defendem a postura técnica, negando que a história oral possa ser entendida como metodologia ou disciplina²³.

Lutz Niethammer²⁴ propõe uma definição em que a mesma seria entendida como uma técnica de investigação própria da história do século XX. Ela seria, de certa forma, uma ciência auxiliar que está para a história do tempo presente assim como a arqueologia está para a história antiga²⁵. Esta definição é questionada por Etienne François que apresenta três argumentos para justificar porque ela não convence. Primeiro, porque negligência o que a história oral é capaz de trazer para o conhecimento de séculos mais remotos por meio das pesquisas sobre as tradições orais, a memória e o legendário históricos. Segundo porque “pelos aportes, pelas contribuições e pelo alargamento de perspectiva que ela já trouxe, a história oral parece-me ter demonstrado que é mais do que um simples aperfeiçoamento técnico ou um requinte metodológico”²⁶. O autor justifica sua posição afirmando que as pesquisas orais, tendo a possibilidade de revelar tantos elementos novos sobre períodos da história contemporânea que foram bem investigados, representam um potencial documental que está além dos aperfeiçoamentos técnicos de uma simples “ciência auxiliar”. Terceiro porque a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação, como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história.

Ao contrário das ciências auxiliares que se limitam a suscitar novos objetos e novas documentações, a história oral coloca à História preocupações de ordem metodológica, tais como: o procedimento para realizar as entrevistas, o tratamento a ser dado às fontes orais, os problemas que as envolvem e a conseqüente crítica que se pode e deve fazer para a utilização destas fontes na pesquisa em história.

Jorge Eduardo A. Lozano procura analisar a “reconsideração” das fontes orais na pesquisa em História e o modo que se vem praticando a história oral. Este autor parte da idéia de que a história oral

é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e precioso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro²⁷.

O autor apresenta uma discussão sobre as práticas dos profissionais divididos em duas modalidades: a *faceta técnica* e a *faceta metódica*. Na faceta técnica ele identifica dois estilos de praticar a história oral: o estilo do arquivista-documentalista e o do difusor populista. De acordo com o autor estes dois estilos da faceta técnica tem caráter bastante empiricista, limitando-se a executar corretamente a técnica sem maiores pretensões científicas ou acadêmicas, com relativa rejeição às posturas teóricas²⁸.

Para os profissionais envolvidos com o estilo arquivista-documentalista, a história oral significa criar e organizar arquivos com uma série de entrevistas (com suas respectivas transcrições) para uma utilização futura de historiadores interessados nos tempos que vivemos. A possibilidade de utilização destes arquivos no presente não é considerada, pois o que se pretende é justamente arquivar o que está se perdendo no presente e que portanto, pelas entrevistas tratarem do presente, não interessariam para uma pesquisa histórica nos tempos atuais. Os profissionais identificados com o estilo do difusor populista caracterizam-se como verdadeiros entusiastas, para os quais a história oral surgiu como uma verdadeira alternativa para divulgar a história daqueles que não foram registrados objetivamente nas histórias oficiais, ou seja, os setores historicamente explorados e excluídos. Entretanto, a forma como praticam a história oral os levam a entrevistar e constituir amplos arquivos orais e a difundir o texto oral sem um mínimo de interpretação ou tentativa de análise. De acordo com Lozano, “o difusor populista tem pressa e obsessão de dar a conhecer o depoimento oral, já que seu trabalho de recuperar a memória histórica terá mais sentido se conseguir de alguma forma incidir sobre a realidade social dos informantes”²⁹.

Esses dois estilos, apesar de terem em comum o caráter empirista, diferem na concepção de mundo e de história. Os arquivistas-documentalistas estão empenhados em organizar arquivos com depoimentos das pessoas do presente para uso futuro, sem uma distinção, a princípio, do gênero ou classe social do entrevistado. Já o difusor populista parte da idéia de que a história oral seria a contribuição que os intelectuais poderiam dar para os que foram excluídos da história oficial. Por esse motivo procuram trabalhar numa perspectiva de mostrar (como uma denúncia) as condições de vida e trabalho dos entrevistados, divulgando as entrevistas como se isso significasse uma espécie de missão salvadora onde a mensagem que se procura difundir é do tipo “isso precisa mudar”, ou seja, entrevistam-se pessoas de um determinado grupo social, historicamente excluído, publicam-se as entrevistas com relativa rapidez para que os mesmos possam incidir sobre a realidade do grupo social em questão, gerando indignação, levando as pessoas a ações que possam culminar em mudanças das condições sob as quais o grupo está submetido³⁰.

A crítica que se faz a esse estilo de praticar a história oral é de que esses profissionais, apressados em difundir suas entrevistas, não realizam uma reflexão teórica sobre o tema de suas entrevistas, aparecendo a mesma como algo dado, de modo que ao final, seu esforço é praticamente vão, pois seu trabalho pode denunciar injustiças mas não desenvolve uma reflexão de como elas se estruturam e se impõem sobre os grupos que estão em discussão, não servindo assim aos propósitos de seu próprio trabalho. Lozano

chama a atenção para este fato ao criticar a prática empirista dos que entendem a história oral como uma técnica:

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais)³¹

De acordo com o autor, o historiador que decide trabalhar com fontes orais deve problematizar as fontes e refletir sobre elas, sistematizando e sintetizando os conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa, apresentando sua análise sobre o tema, ao invés de se limitar a divulgar as entrevistas sem qualquer análise, pois que, isso qualquer outra pessoa é capaz de fazer.

Os que entendem a história oral como uma *disciplina* argumentam que a mesma seria inovadora por seus objetos, com destaque aos chamados excluídos da história, à história do cotidiano e da vida privada, e também por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo”, atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva micro-histórica. François argumenta que “longe de serem próprios da história oral, a atenção dada a novos objetos e a adoção de novas abordagens são, pelo contrário, observadas muito além de seus limites”³², aplicando-se a vários campos da pesquisa em história. O autor questiona se a história oral não deve parte do seu sucesso ao fato de ter sabido adaptar à história do tempo presente as problemáticas e os métodos desenvolvidos pela Nova História³³.

Segundo Amado e Ferreira, os que defendem o *status* de disciplina argumentam que a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; este conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo do conhecimento. Estes reconhecem na história oral uma área de estudos com objeto próprio e capacidade de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática. Colocando-se entre os pesquisadores que defendem que a história oral é uma *metodologia*, as autoras argumentam que:

A história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] funcionando como ponte entre a teoria e a prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas³⁴.

Sendo uma metodologia, a história oral contribui para o desenvolvimento de uma série de técnicas e procedimentos metodológicos que auxiliam a produção do conhecimento em história. Por intermédio desta metodologia o historiador produz fontes para utilizar em sua pesquisa, devendo porém buscar soluções e explicações para os problemas teóricos onde as respostas sempre estiveram: na Teoria da História, ou mesmo nas ciências afins, que contribuem para elucidar as dúvidas das relações entre história e memória e outros problemas de ordem teórica.

Lozano discute os estilos dos que praticam a história oral como uma metodologia no que ele chama de *faceta metódica*, onde os praticantes adotam uma postura abstrata e com interesses voltados para a conceitualização e reflexão teórica. Interessam-se pelas

reflexões sobre o método de pesquisa adotado e não só em executar a técnica. O autor identifica o estilo reducionista e o estilo do analista completo. Os pesquisadores vinculados ao estilo reducionista

não valorizam totalmente a evidência oral em si mesma, mas somente como apêndice agregado ou complemento, para a comprovação factual ou ilustração testemunhal, de uma série de postulados de caráter teórico estabelecidos de antemão. A informação oral é somente uma ilustração dramatizada dos argumentos teóricos e das categorias abstratas³⁵.

A história oral é vista como um instrumento de apoio em função da trama teórica já organizada pelo pesquisador. A idéia é de que a fonte oral corrobore com as idéias que o autor está defendendo sobre um determinado contexto histórico, assim, apesar de ser uma prática muito difundida na atualidade, é nociva ao trabalho com pressupostos científicos, uma vez que trata de usar as fontes orais como uma forma de pôr na boca dos outros os pensamentos elaborados pelo pesquisador. Já os pesquisadores vinculados com o estilo do analista completo

Consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática, eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. Explicitam sua perspectiva teórico-metodológica da análise histórica e, sobretudo, estão abertos e dispostos ao contato com outras disciplinas³⁶.

Este estilo de praticar a pesquisa utilizando fontes orais está em concordância com aquilo que se espera de quem entende a história oral como metodologia, pois implica reflexão teórica, trabalho empírico e de campo, um processo de constituição de uma fonte e, principalmente, um processo de produção de conhecimentos científicos. É interessante destacar que “as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora”³⁷. Portanto, a utilização de fontes orais na pesquisa em história não se limita apenas a chamada história dos excluídos, mas permite ampliar as fontes que o historiador tem a sua disposição para produzir conhecimentos históricos sobre realidades nem sempre discutidas até o presente momento. Como uma metodologia, é capaz de auxiliar nas atividades de produção das fontes orais sem escapar dos rigores científicos que a disciplina histórica requer, mas sem descuidar, da análise teórica sobre a fonte produzida, pois “a interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico; mas é a teoria que oferece os meios para refletir sobre esse conhecimento, embasando e orientando o trabalho dos historiadores, aí incluídos os que trabalham com fontes orais”³⁸.

Notas

¹ GARRIDO, Joan del Alcázar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 33.

² JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

³ GARRIDO, p. 34.

⁴ JOUTARD, p. 56-7.

-
- ⁵ Citado por JOUTARD, p. 56.
- ⁶ JOUTARD, p. 57.
- ⁷ VOLDMAN, Danièle. Definições e Usos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 34.
- ⁸ GARRIDO, p. 35.
- ⁹ JOUTARD, p. 43-62.
- ¹⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; ROSA, Zita de Paula. História oral: uma utopia? Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 12.
- ¹¹ VOLDMAN, p. 37.
- ¹² POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- ¹³ Noção elaborada por M. Halbwachs citada por D'ALÉSSIO, Márcia Mansur. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set/92-ago/93, p. 98-9.
- ¹⁴ D'ALÉSSIO, p. 98.
- ¹⁵ POLLAK, Michael, p. 200-212.
- ¹⁶ FÉLIX, Loíva Otero. História e Memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 43.
- ¹⁷ GARRIDO, p. 39.
- ¹⁸ POLLAK, p. 211.
- ¹⁹ GARRIDO, p. 40.
- ²⁰ POLLAK, p. 207.
- ²¹ GARRIDO, p. 40.
- ²² JANOTTI e ROSA, p. 14.
- ²³ AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. xii.
- ²⁴ Citado por FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 6.
- ²⁵ FRANÇOIS, p. 6-7.
- ²⁶ FRANÇOIS, p. 7.
- ²⁷ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 16.
- ²⁸ LOZANO, p. 21.
- ²⁹ LOZANO, p. 22.
- ³⁰ A noção do "Isto precisa mudar!" foi extraída do trabalho feito por OLIVEIRA, Henrique Luiz P. Transformações no Vídeo Popular, onde analisa os períodos de produção de vídeos populares no Brasil. Durante um determinado período, os vídeos populares tinham um objetivo muito parecido com os dos difusores-populistas, pois tinham a crença de que só teria sentido o seu trabalho se incidissem sobre a realidade dos indivíduos envolvidos no vídeo ou nas mesmas condições representadas pelos atores do vídeo.
- ³¹ LOZANO, p. 17.
- ³² FRANÇOIS, p. 5.
- ³³ FRANÇOIS, p. 6.
- ³⁴ AMADO e FERREIRA, p. xvi.
- ³⁵ LOZANO, p. 22-23.
- ³⁶ LOZANO, p. 23.
- ³⁷ GARRIDO, p. 36.
- ³⁸ AMADO e FERREIRA, p. xvii.